

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n^o 31/2022
de 5 de abril

A pandemia de Covid-19 pôs em evidência a grande ancoragem de Cabo Verde no setor do turismo, tendo, por isso, devido à sua transversalidade, provocado um impacto muito forte em todos os setores de atividade económica no país. O resultado foi uma quebra de 14,8% no PIB e uma perda temporária de cerca de 20 mil postos de trabalho, em 2020. Devido ao bloqueio mundial nas viagens e consequentemente no turismo, Cabo Verde sofreu um decréscimo em cerca de 75% na entrada de hóspedes, sobretudo do mercado europeu, o principal mercado emissor, face aos valores comparativos de 2019.

O desempenho das finanças públicas foi amplamente afetado, em 2020, interrompendo a tendência de redução do défice e da dívida pública. O défice público agravou-se para 9,1% do Produto Interno Bruto (PIB), (mais 6,7 pontos percentuais, face a 2019, por causa das medidas e ações para aliviar os efeitos socioeconómicos da pandemia e pela redução das receitas totais em mais de 25%. Em 2021, o nível de atividade económica permaneceu abaixo de 2019, afetando a arrecadação das receitas fiscais e não fiscais, aliada ao aumento das despesas decorrentes da necessidade de intervenção do Estado no âmbito das medidas de reforço ao sistema sanitário e medidas socioeconómicas.

Este abrupto decréscimo afetou a economia em grande parte e fez soar o alarme da excessiva dependência do país em relação ao turismo que representa cerca de 25% do Produto Interno Bruto. Tomando em consideração esses factos, concluiu-se que é necessária uma diversificação programada da atividade económica, e do próprio turismo *per se*, de modo a mitigar os efeitos que uma outra eventual crise futura possa vir provocar, de forma inesperada e profunda, o desenvolvimento económico do País.

Para além disso, é necessário, por um lado, debelar os principais desafios do turismo elencados no Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável (PEDS I) e esmiuçados nas Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, abreviadamente designado por GOPEDS -Turismo, nomeadamente o desafio da concentração, da competitividade, da sustentabilidade e da maximização dos impactos positivos do turismo nas famílias e nas empresas cabo-verdianas e, por outro, dar resposta à problemática central do turismo que tem a ver com a Qualificação da Oferta e a diversificação do Produto Turístico de Cabo Verde e promoção do destino Cabo Verde.

Nesse sentido, surgiu a necessidade de se elaborar um documento operativo que reunisse as preocupações, os desafios, os problemas do turismo, de forma transversal e em articulação com os demais setores da atividade económica, centrado nas orientações do GOPEDS-Turismo, levando em consideração a maioria das recomendações prevista s nos *Master Plans* de Turismo elaborados por cada ilha, que viesse ao encontro da visão do governo sobre o setor, com soluções claras para o turismo nacional, visando sobretudo a sustentabilidade no seu conceito global.

A visão do Governo sobre o turismo é clara: preconiza o desenvolvimento do setor de forma sustentável, que tenha como propósito último valorizar os recursos naturais e humanos do País e contribuir para o bem-estar dos cabo-verdianos, individual e coletivamente, em todas as ilhas e municípios do País, em benefício das gerações presentes e futuras, ao mesmo tempo que propicia experiências positivas para os visitantes que nos procuram.

É nesse contexto que nasce o Programa Operacional do Turismo - (POT) com uma vigência temporal de 5 anos (2022-2026).

O POT contempla, no essencial, o problema central do turismo já identificado e a resposta para a resolução desse problema traduzida em projetos concretos que versam a qualificação da oferta, a melhoria da promoção, a qualificação dos recursos humanos, a governança e a sustentabilidade do crescimento do setor. Passa a ser o documento orientador para a implementação da visão do Governo para este setor, tendo como metas finais a criação de empregos, o aumento de rendimento das famílias, a redução da pobreza absoluta bem como a eliminação da pobreza extrema, rumo ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030.

Foi ouvido o Conselho Nacional do Turismo.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Aprovação

É aprovado o Programa Operacional do Turismo - (POT) para 2022-2026, cujo resumo executivo se publica em anexo à presente Resolução, dela fazendo parte integrante.

Artigo 2º

Âmbito

O POT tem abrangência nacional e o seu cumprimento é obrigatório no setor público.

Artigo 3º

Validade

O POT é o documento base que serve de guião na implementação de projetos e entrega de produtos sustentáveis do turismo em Cabo Verde num horizonte 2022-2026.

Artigo 4º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros aos 31 de março de 2022. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Anexo

(A que se refere o artigo 1º)

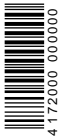
**Programa Operacional do Turismo
(POT)
(2022-2026)**

1. Enquadramento

A retoma do turismo está no centro das prioridades para o relançamento da economia e do emprego, por ser o setor mais afetado pela pandemia e pelo impacto que tem na economia do país. Estando no início de uma nova legislatura, impõe-se a estruturação de um novo instrumento programático que enquadre as principais opções do Governo, expressos no Programa do Governo e em vários documentos que foram recentemente elaborados no setor: GOPEDS, *Master Plans* e Plano de Marketing.

A pretensão do POT constitui-se como plano setorial do turismo para a próxima legislatura (Lei de bases SNP Lei n.º 72/VIII/2014) ou seja o documento que materializa o Programa do Governo para o Turismo que, com base num modelo de crescimento de turismo ancorado na sustentabilidade, preservação dos recursos naturais, culturais, patrimoniais e humanos do país, como sendo a mais valia para a construção de um produto turístico resiliente, em todas as ilhas e municípios do país, buscando uma maior diversificação e desconcentração da oferta turística.

Com o POT, pretende-se uma síntese, num único documento, dos *Masters Plans* elaborados recentemente por cada ilha, o Plano de Renascimento do Turismo para responder a crise da Covid-19 e o Plano de Marketing do Turismo. Em termos metodológicos, o POT assenta em 2



pilares essenciais: primeiro, apresenta uma abordagem multissetorial, pois, devido à transversalidade do turismo, as intervenções inventariadas extravasam o âmbito atuação do MTT e envolvem vários outros Ministérios; segundo, uma abordagem pragmática, baseada em projetos ou necessidades concretas já inventariadas em vários documentos e setores.

2. PROBLEMÁTICAS ASSOCIADAS AO TURISMO DE CABO VERDE

Em termos teóricos, um programa é concebido para tratar de certo problema público: é constituído por um conjunto orgânico de ações/atividades viradas para a geração e entrega de produtos que contribuam diretamente

para a realização do Resultado Intermediário (ou Efeito) pretendido com o Programa. O Resultado Intermediário gerado pelo Programa indica a superação do Problema Público de origem.

Um dos principais desafios deste trabalho foi tendo em conta os instrumentos atrás mencionados elaborados no setor: identificar o problema central que se pretende abordar. Da análise efetuada, ficou assente que o problema central a ser abordado seria o produto turístico nacional que é pouco qualificado e diversificado. A partir do problema central, sintetizado na figura 1, passou-se para a identificação das causas deste problema, dos seus efeitos e consequências.

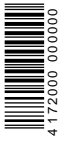
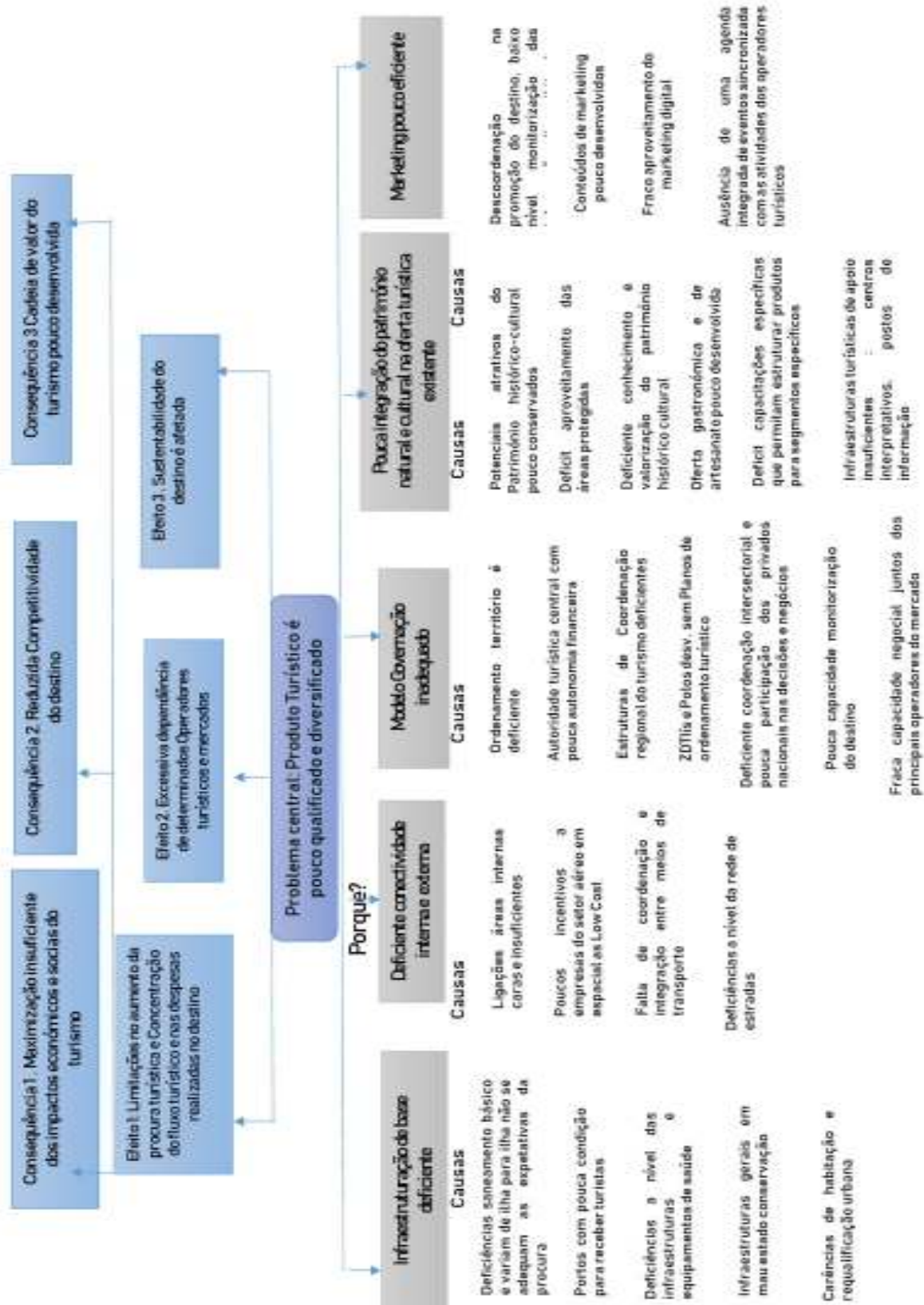


Figura 1. Anore de problemas do setor



A partir da árvore de problemas, obteve-se a árvore de objetivos expressa na figura, 2. A árvore de objetivos é a inversão da árvore de problemas, onde foram identificados os produtos a entregar (que derivam das causas do problema); esta entrega induzirá a efeitos (inversão dos efeitos negativos do problema) e, estes gerarão impactos (superação das consequências do problema central)

Assim, a lógica de intervenção pode ser anunciada pela seguinte teoria do programa : “Se forem resolvidos os principais constrangimentos relacionados com a infraestruturação geral, conectividade (interna e externa), for melhorado o modelo de governação e aproveitadas as potencialidades do património natural e cultural, alicerçado numa estratégia de marketing moderna e coerente, conseguir-se-á tornar o produto turístico mais qualificado e diversificado, com efeitos na melhoria da sustentabilidade do destino, na a desconcentração

do fluxo turístico para todas as ilhas, no aumento das despesas realizadas pelos turistas no destino e ainda a diversificação dos operadores e mercados emissores com consequências a nível da maximização dos impactos económicos e sociais do turismo na generalidade das ilhas, no desenvolvimento da cadeia de valor do turismo e, por fim, na competitividade do DESTINO e aumento da resiliência do produto turístico.”

3. OBJETIVOS DE EFEITO E IMPACTO DO POT

Os objetivos de efeito e de impacto provêm da árvore de objetivos apresentada na figura 2; os indicadores e metas foram escolhidos no Programa do Governo para a presente legislatura e nos diversos documentos que foram elaborados no setor, como já se fez referência. Assim, o POT prevê os seguintes objetivos de efeitos e impactos com os respetivos indicadores:

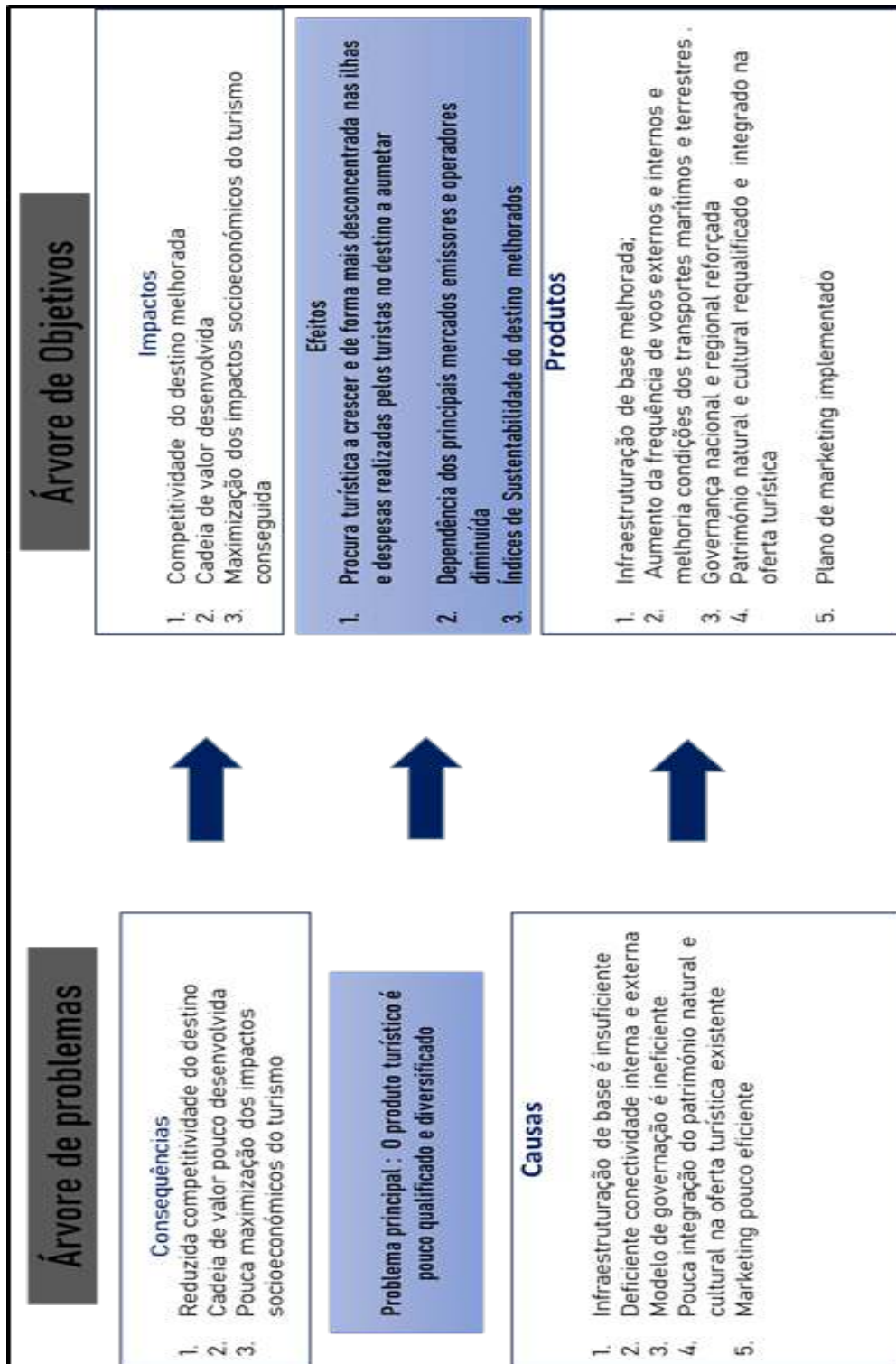


Figura 2. Árvore de objetivos



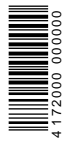
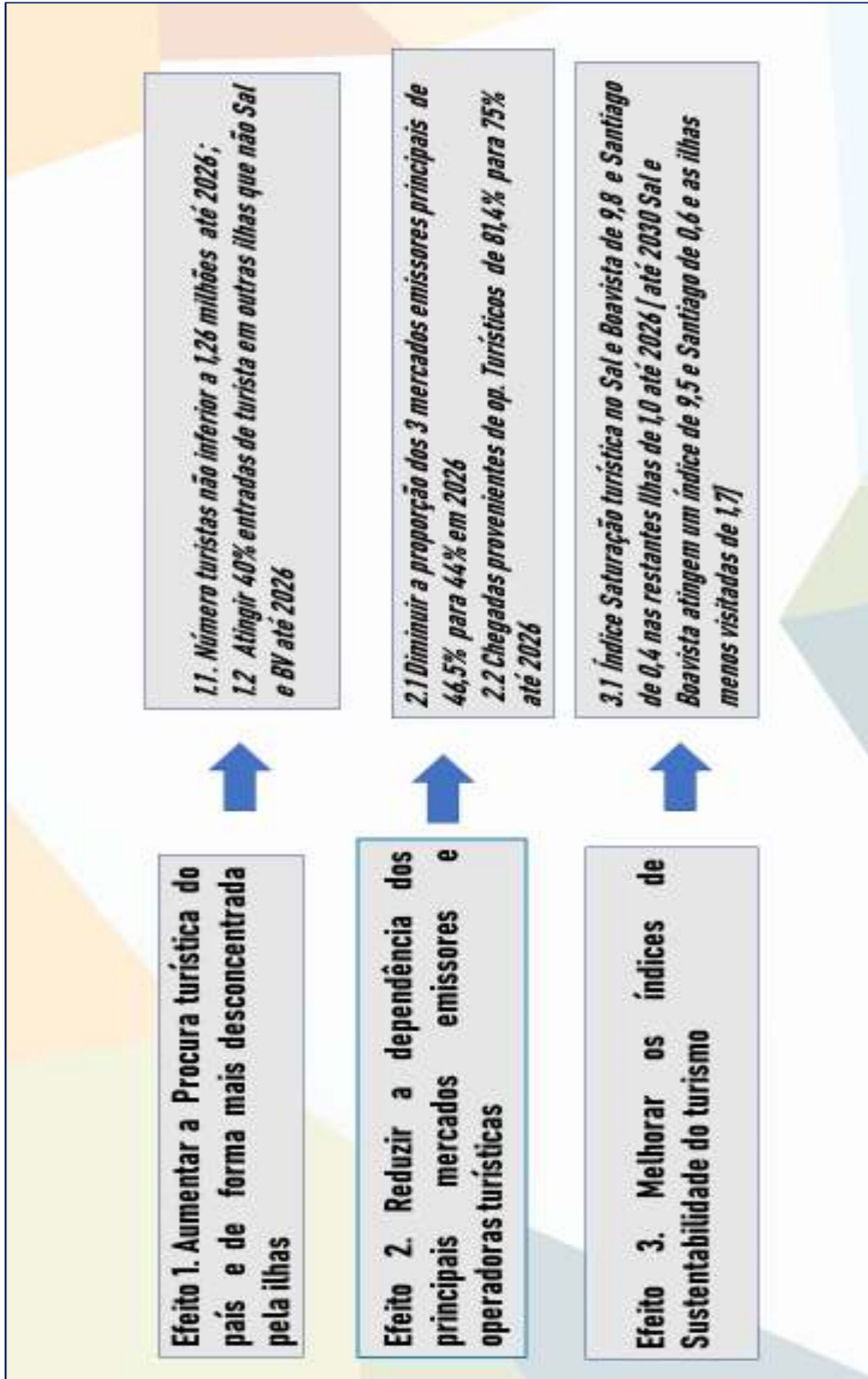


Figura 3. Objetivos e indicadores de efeito.



4. ESTRUTURA DO POT

O POT, como já referido, foi desenhado para responder aos diferentes desafios identificados no setor do turismo e, para o efeito, procurou-se criar produtos e projetos que possam solucionar muito das fraquezas existentes, e simplificar processos para que no final o país atinja os objetivos atrás elencados. Assim, estruturou-se o Programa em 5 subprogramas, conforme a figura 4:

- Subprograma Requalificação da Oferta Turística: visa a qualificação e diversificação da oferta turística nacional e contém 5 tipologias de projetos: os dois primeiros, focados sobretudo na diversificação dos produtos: Projetos de turismo rural e natureza - dentro desta tipologia destaca-se a iniciativa Valorização das Aldeias Turísticas Rurais, o Mapeamento, sinalização, restauro de trilhas e construção de miradouros e ainda iniciativas de valorização dos produtos locais; Projetos de Turismo Cultural - prevê a criação de núcleos museológicos, reabilitação de património histórico, cultural e religioso, reabilitação/construção de espaços culturais, entre outros; e os 3 seguintes: Projetos Infraestruturas turísticas, Projetos de Infraestruturas básicas e Projetos de qualificação das localidades, focados essencialmente na qualificação do destino (acessibilidades, eletrificação rural, ...)

- Subprograma Governança: envolve o reforço da governança, a articulação institucional e o planeamento turístico e ordenamento do território; contém 6 tipologias de projetos: Projetos de criação e reforço de estruturas de governança e DMO (Destination Management Organizations) como o próprio nome indica, voltado para melhoria da governança do setor nos municípios e regiões, Projetos de certificação sanitária e qualidade do turismo: extensão do Cape Safety - projeto de higiene e segurança alimentar nos restaurantes - para outras ilhas, além do Sal e Boavista, Projeto de Infraestruturação das ZDTI's e Polos de Desenvolvimento Turístico: aceleração do processo infraestruturação de algumas ZDTIS consideradas cruciais nos próximos anos, e abordagem integradas de investimentos em determinadas locais (polos) com potencial turístico relevante (arquitetónico, cultural, ambiental); Projetos de ordenamento do território - abarcam a finalização dos planos de ordenamento turístico do país, planos de ordenamento da orla costeira e planos de ordenamento de turismo e pesca, previstos nos *Master Plans*; Projeto de Monitorização do destino com vista ao melhoramento das estatísticas do setor e implementação de um sistema de gestão de informação turística para o setor, finalmente, Projeto de Reforma legislativa do setor, para as necessidades de atualização da legislação do setor.

- Subprograma Promoção do Turismo: visa sobretudo Implementação do plano de marketing, enfoque no marketing digital e importantes projetos de melhoria da conectividade aérea e marítima. Contém 4 tipologias de projetos: Projetos Eventos - que inclui 3 tipologias de eventos: os eventos de promoção externa tradicionais (feiras, *roadshow*, entre outros); eventos internacionais de renome organizados no país, com destaque para o Ocean Race; os eventos nacionais com impacto na imagem do país como Kriol Jazz, Carnaval, Festa de S. João, Mindel Act, Kit Surf, entre outros; Projeto de marketing digital: visa contratualização de consultorias especializadas para produção de conteúdos de marketing digital vocacionados para segmentos e mercados definidos no Plano de Marketing; Projeto de reforço da conectividade: visa atrair operadores aéreos diversos, tais como, low cost para o país e aproveitar destas para efetuar a promoção do país com vista ao reforço das ligações aéreas internacionais para determinados mercados. Por fim, Projetos de materiais promocionais, para conceção de materiais promocionais convencionais.

- Subprograma Sustentabilidade: pretende responder aos desafios ambientais, sociais e económicos do setor. Contempla 3 tipologias de projetos, consoante a categoria dos impactos: Projetos de Sustentabilidade Ambiental: inclui iniciativas de saneamento básico (ligação de rede de água e esgotos), aterros sanitários em ilhas como Sal, Boavista e Maio, além de projetos de eficiência energética e estruturação do produto turístico nas áreas protegidas; Projetos de Sustentabilidade Social: Envolve iniciativas como construção de habitações no Sal e Boavista, construção de estruturas e aquisição de equipamentos de saúde nas ilhas com maior fluxo turístico, de responsabilização social e ambiental das empresas do setor e integração da perspectiva do género no turismo. Por último, os Projetos de Sustentabilidade Económica, visam sobretudo o fomento empresarial voltado para integração da agricultura, economia azul, indústrias criativas, transportes, diversão turística e ambiente na cadeia de valor do turismo:

- Subprograma Requalificação RH: Visa complementar a diversificação e qualificação do produto turístico nacional, através da capacitação massiva de jovens em segmentos já identificados como prioritários. Contém 4 tipologias de projetos: Projetos de Capacitação de jovens em segmentos prioritários: os *master plans* apontam como prioritárias as áreas como turismo de aventura e ecoturismo, turismo de pesca e turismo cultural; Projetos de capacitação em Gastronomia e Artesanato: voltado para duas componentes essenciais do produto turístico, gastronomia e artesanato, e por fim, Projetos de capacitação em empreendedorismo, visando a criação de negócios no setor e cadeia de valor.

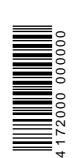
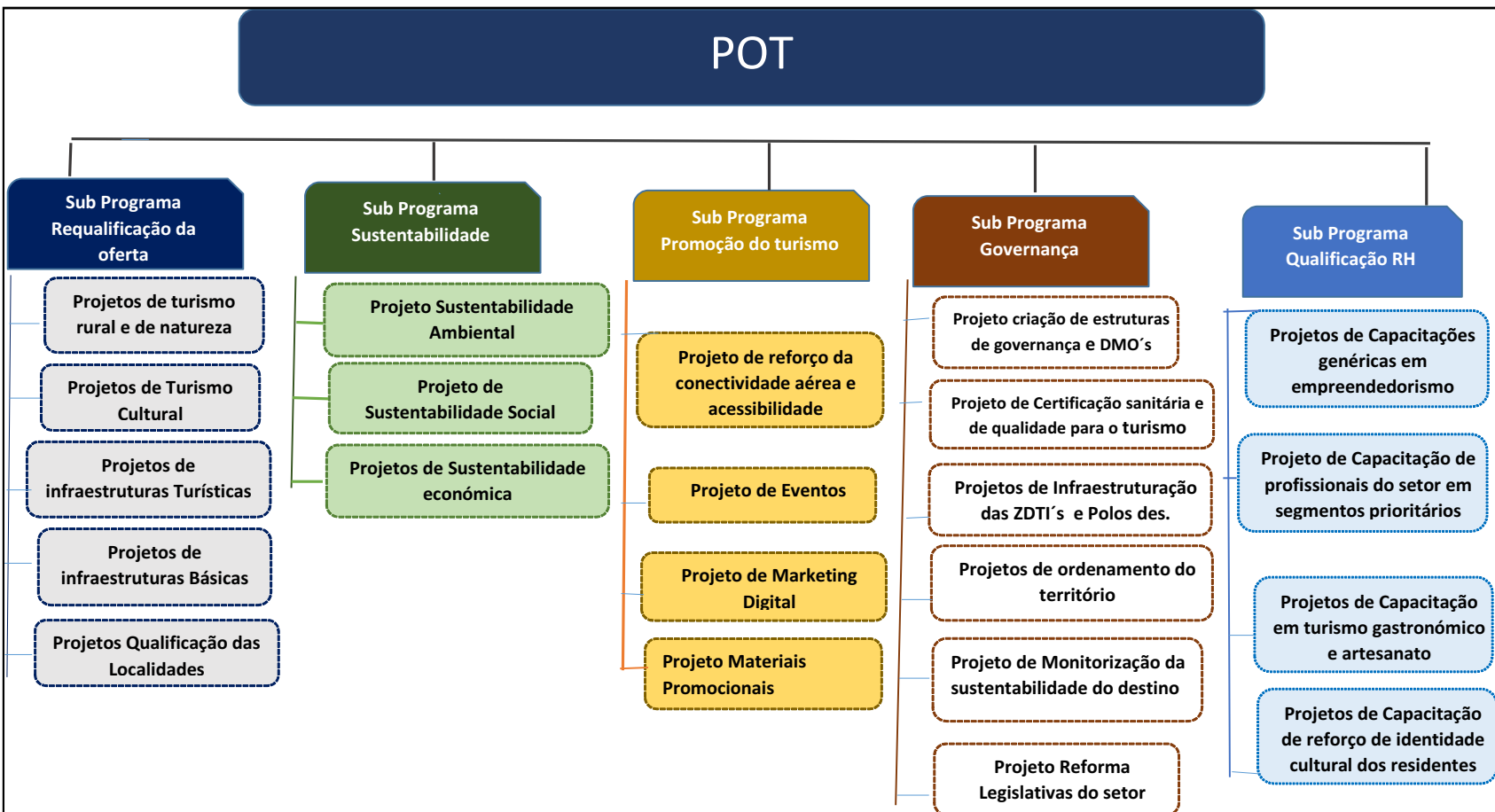


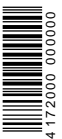
Figura 4. Estrutura do POT



5. ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DO POT

O POT prevê um orçamento global de 20.685.997.524\$00 ECV. Integram não só os produtos que os *master plans* turísticos preveem, mas também uma série de outras iniciativas do Governo e Câmaras Municipais, e abarca os vários investimentos que constam das novas Diretivas de Investimentos Turísticos financiadas através do Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo (2022 a 2026).

O montante orçamentado previsto extravasa, portanto, o âmbito de intervenção dos *master plans*, pois inclui as iniciativas do Plano de Renascimento do Turismo (exemplo, a Certificação Sanitária, Projeto *Remote Working*, Projeto Turismo Interno, Pacto de Sustentabilidade Turística) e inclui, igualmente, várias iniciativas de volume orçamental



4 172000 000000

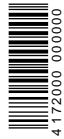
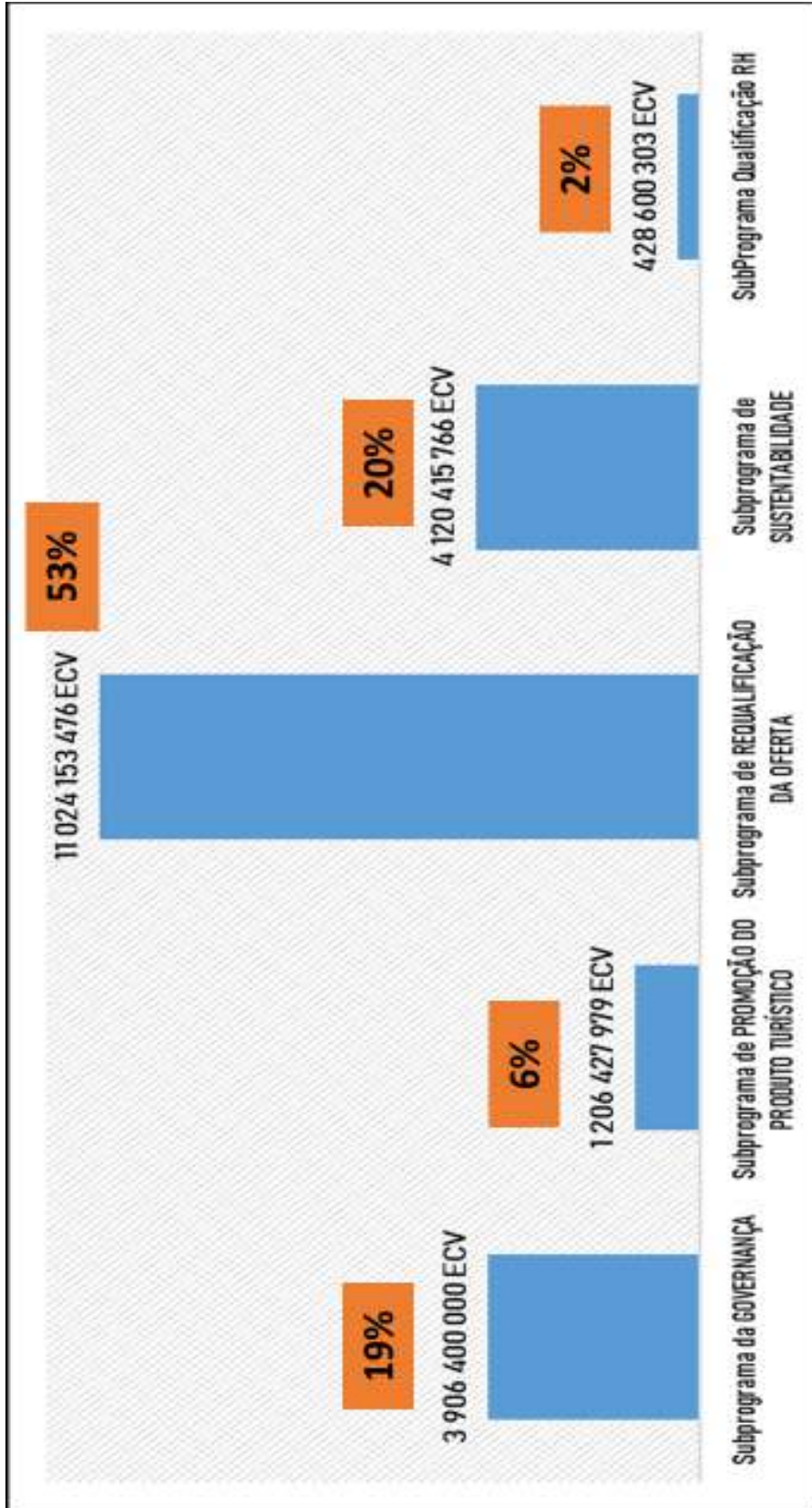
considerável para a Boavista e Maio, que estão previstos no Plano Estratégico da SDTIBM. Também, prevê diversas iniciativas de infraestruturas de base, que não foram incluídas nos *masters plans*, com exceção das Ilhas do Fogo e Brava, que preveem este tipo de intervenções. Além disso, várias requalificações urbanas previstas nos *masters plans* foram executadas até 2021, e obviamente houve uma atualização das novas qualificações das localidades.

Por sua vez, as Diretivas de Investimentos Turísticos (DIT 2022-2026) que constam da Resolução n.º. 12/2022, de 14 de fevereiro, contemplam projetos selecionados, em

articulação com as Câmaras Municipais e com os restantes Departamentos Governamentais, foram elaboradas, refletindo a visão do Governo relativamente ao setor do turismo, norteadas pela preocupação de garantir sustentabilidade do crescimento do turismo, pelo que integram o POT. Os projetos que estão previstos nas DIT preveem um investimento de cerca de 5 mil milhões de ECV, o que por si só representa cerca 25% do total do POT.

A Fig. 5 apresenta a distribuição do Orçamento do POT para os cinco subprogramas previstos:

Figura 5. Orçamento por Subprograma



O Subprograma de Regualificação da Oferta absorve mais de metade do orçamento do POT, com cerca de 53% desse orçamento, refletindo a constatação da principal fraqueza do turismo, ou seja, a fraca qualidade da oferta. São, aproximadamente 11 mil milhões de ECV. Em segunda posição, foram alocados mais de 4,1 mil milhões de ECV ao Subprograma Sustentabilidade, 20% do total do orçamento, sinal demonstrativo do compromisso do Governo com a matéria de sustentabilidade e em última análise com as ODS. Os restantes subprogramas da Governança, da Promoção do Turismo e da Regualificação dos Recursos Humanos absorvem respetivamente 19%, 6% e 2% dos fundos alocados ao POT.

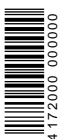
Do orçamento global, já se mobilizaram aproximadamente 8,5 mil milhões ECV (cerca de 85 milhões USD), sendo que 3,5 mil milhões ECV (35 milhões USD) são provenientes

do Projeto de Desenvolvimento do Turismo Resiliente e Economia Azul, financiado pelo Banco Mundial, e os restantes 5 mil milhões ECV (cerca de 50 milhões USD) provem do FSST. Estes montantes representam 41,1% do orçamento global.

Adicionalmente, o Fundo de Ambiente, incluído na diretiva de investimento de 2022-2026, inclui um adicional de 468 milhões de ECV para o Projeto Valorização Turísticas das Aldeias Rurais, que é financiado em conjunto como o FSST. Os produtos que estão previstos para a Boavista, no Plano Estratégico da SDTBM, rondam os 3,8 mil milhões de ECV, partindo do pressuposto que estes recursos seriam garantidos pela entidade em causa, perfazendo mais 19% do total do POT com financiamento garantido. Para a ilha do Maio, os produtos mais significativos tem financiamento de donativos da União Europeia.

6. POT – FINANCIAMENTO MOBILIZADO

Sub Programa	Soma de Montante FSST	Soma de Montante BM 1ª fase
Subprograma da GOVERNANÇA	381 283 255 ECV	183 000 000 ECV
Projecto de certificação sanitária e qualidade para o turismo		
Projecto Monitorização do destino		35 000 000 ECV
Projectos de Infraestruturação das ZDTI's e Pólos de Desenvolvimento	60 000 000 ECV	
Projeto de criação de Estruturas governança e de DMO	256 445 718 ECV	48 000 000 ECV
Projetos de ordenamento do território	49 837 537 ECV	75 000 000 ECV
Projeto reformas legislativas no setor de turismo	15 000 000 ECV	25 000 000 ECV
Subprograma de PROMOÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO	439 412 901 ECV	430 000 000 ECV
Projecto marketing digital	- ECV	300 000 000 ECV
Projecto Materiais promocionais	75 775 679 ECV	
Projecto Promoção conectividade e acessibilidade	134 837 222 ECV	50 000 000 ECV
Projetos Eventos	228 800 000 ECV	80 000 000 ECV
Subprograma de REQUALIFICAÇÃO DA OFERTA	2 415 679 612 ECV	2 172 000 000 ECV
Projectos de Infraestruturas turísticas	256 664 990 ECV	415 000 000 ECV
Projecto Qualificação das localidades	1 048 644 001 ECV	142 000 000 ECV
Projecto Infraestruturas básicas	214 778 975 ECV	1 280 000 000 ECV
Projectos de Turismo Cultural	193 792 598 ECV	70 000 000 ECV
Projectos turismo rural e de natureza	701 799 048 ECV	265 000 000 ECV
Subprograma de SUSTENTABILIDADE	1 366 691 386 ECV	705 000 000 ECV
Projectos de Sustentabilidade Economica		660 000 000 ECV
Projetos de Sustentabilidade Ambiental	180 349 320 ECV	25 000 000 ECV
Projetos de Sustentabilidade Social	1 186 342 066 ECV	20 000 000 ECV
SubPrograma Qualificação RH	428 601 403 ECV	
Projecto de Capacitação de profissionais do setor em segmentos prioritários :	313 887 503 ECV	
Projectos de Capacitação de reforço de identidade cultural dos residentes	46 106 400 ECV	
Projectos de Capacitação em turismo gastronómico e artesanato	61 501 100 ECV	
Projectos de Capacitações genéricas em empreendedorismo	7 106 400 ECV	
Total Geral	5 031 668 556 ECV	3 490 000 000 ECV



7. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O POT está alinhado e foi elaborado tendo por base os principais documentos de referência para o setor como já referido e ainda inclui diversas iniciativas que fazem parte de planos de investimentos de várias instituições com efeitos positivos na qualificação da oferta turística, designadamente o Plano estratégico da SDTIBM, as DIT- 2022-2026, de entre outras.

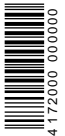
Sendo o turismo um setor transversal, a lógica de intervenção do POT é multissetorial, ou seja, não se limita a atividade turística apenas, mas interfere em vários outros setores que são fundamentais para a estruturação do produto turístico do país, tais como Ordenamento do Território, Ambiente, Cultura, Infraestruturas e o Poder Local.

Está estruturado em 5 subprogramas e 24 tipologias de projetos que se distribuem pelos diferentes subprogramas.

Em termos de desafios de implementação, pode-se apontar 4 aspetos principais:

1. Coordenação intersectorial e governança: Articulação institucional e partilha informações e recursos;
2. Mobilização de financiamentos internos e cooperação internacional;
3. Mecanismo de Seguimento e avaliação por parte da DNP: Módulo de seguimento e avaliação, Gestores, Programas e Projetos; modelos uniformes de Planos Setoriais, Planos e Relatórios de Atividades;
4. Comprometimento com os objetivos: Cultura de responsabilização

Aprovada em Conselho de Ministros aos 31 de março de 2022. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*



I SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, n^o 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28^o e 29^o do Decreto-lei n^o 8/2011, de 31 de Janeiro.